

ROBERTO GARCIA SIMÕES

# Lições não-violentas

Diante das violências físicas e simbólicas nas escolas, a proposta é aumentar muros e instalar câmeras? Essas violências são um prolongamento do que acontece no bairro ou na sociedade? Decorrem da “desestruturação familiar”, das “drogas”? Ou a escola também potencializa as violências entre alunos e entre alunos e docentes?

Uma primeira lição decisiva é não dar respostas genéricas, prontas e acabadas para todas as situações. Como expressam Jorge Werthein e Miriam Abromovay, “As possíveis respostas, em geral, não começam baseadas em um diagnóstico da realidade, mas em generalidades aparentemente eloqüentes, vistosas e comprovadamente ineficientes”.

Como explicar as violências nas escolas? Uma linha é a do prof. Sérgio Kodato: “A violência é fruto da decadência das instituições, principalmente das escolas públicas”. Haja nota baixa. E continua: “As instituições são mecanismos civilizatórios criados para diminuir os conflitos. E quando não cumprem o seu papel vem à tona uma carga de violência”. Ainda focando a ambiência interna à escola, a pedagoga Dagmar Zibas assinala: “É um protesto difuso, explosivo e não elaborado, mas claramente voltado contra a implacável deterioração institucional, a inutilidade da frequência às aulas e a completa desesperança de encontrar na escola a chave para um futuro melhor”. Destaquei essas duas análises que enfatizam as questões internas à escola, não para dizer que são a lição explicativa de tudo, mas tão somente para não reduzir as violências nas escolas aos fatores externos a elas.

Quais tipos de alunos predominam nas escolas? Segundo o prof. Kodato, “Pesquisas indicam que um terço dos alunos não sabe o que faz na escola. Um grupo grande de alunos não vê sentido na escola. Para esses,

a escola virou um clube, um local para esportes, amigos e paquera. Tem ainda aqueles que freqüentam a aula, mas estão boiando. São os analfabetos funcionais”.

A deterioração aguda da educação compromete também a manifestação estudantil organizada: “nossos jovens não possuem instrumentos para construir canais mais produtivos para expressar suas frustrações”, aponta a pedagoga Zibas. Compara com o Chile, onde os secundaristas são atores no debate da legislação educacional.

Diante da violência, o que fazer? Começemos pelo que não é recomendado enquanto projeto geral. Para o prof. Kodato “Não adianta instalar porta giratória e câmeras. Além de não funcionar, vai colocar os alunos numa situação de prisão. (...) O importante é a produção pedagógica”. No mesmo tom, Werthein e Abromovay enfatizam: “É um equívoco dizer que a resposta é o aumento de câmeras de vigilância, catracas para expulsar os culpados ou ampliar a presença das forças de segurança nas escolas. Isso é não querer entender o problema na sua real e profunda dimensão”.

Duas propostas seguem outros programas de disciplina. O projeto municipal no RJ das “Escolas da Paz”, em áreas violentas, abrange: bônus para os professores que atingirem metas determinadas; programa de ciências centrado em experimentação e solução de problemas; preparação de educadores para lidar com os conflitos e contratação de mães mediadoras com o bairro. Em SP, há a Justiça Restaurativa para intermediar conflitos. Promove encontros da vítima com o agressor. São firmados acordos de convivência. São lições não violentas para a violência?

■ ■ Roberto Garcia Simões, professor da Ufes, escreve às terças-feiras. e-mail: robertog@npd.ufes.br